

MIGRAÇÃO E TRABALHO: A SITUAÇÃO DO BRASIL

MIGRATION AND LABOR: A BRAZILIAN SITUATION

MIGRACIÓN Y TRABAJO: LA SITUACIÓN DE BRASIL

Alexandre Honig Gonçalves¹

alexandrehgondalves@gmail.com

Rodrigo Vilas Boas de Souza²

rodrigo.souza@unicesumar.du.br

Resumo: o objetivo deste artigo é descrever e analisar, a partir de uma discussão de abordagem teórica os conceitos relacionados à migração e o trabalho, propomos uma análise multidimensional acerca dos fenômenos migratórios contemporâneos que são motivados pela busca de trabalho, intermediados pelas interações em redes. O cenário internacional e a conjuntura social, política e econômica brasileira contemporânea contribuem para conformação deste quadro.

Palavras-chave: Conjuntura; Macroeconomia; Geopolítica.

Abstract: the aim of this article is to describe and analyze, from a theoretical approach the concepts related to migration and labor, we propose a multidimensional analysis about the contemporary migratory case that are motivated by job search, intermediated by social networks. The international scenario and the contemporary Brazilian social, political and economic conjuncture contribute to the conformation of this scene.

Keywords: Conjecture; Macroeconomics; Geopolitics.

Resumen: el objetivo de este artículo es describir y analizar, a partir de una discusión teórica sobre los conceptos relacionados con la migración y el trabajo, proponemos un análisis multidimensional sobre los fenómenos migratorios contemporâneos motivados por la búsqueda de empleo, intermediados por las interacciones en las redes. El escenario internacional y la coyuntura social, política y económica brasileña contemporânea contribuyen a la conformación de esta escena.

Palabras clave: Conjuntura; Macroeconomía; Geopolítica.

¹ Bacharel em Relações Internacionais; Mestre e Doutor em Geografia. Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação: ICETI. UniCesumar.

² Licenciado; Bacharel e Mestre em Geografia. Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação: ICETI. UniCesumar.

INTRODUÇÃO

São poucas as temáticas que suscitam tantas controvérsias e discórdias como o tema da migração internacional, uma vez que este processo aglutina em si muitas outras questões delicadas (economia, demografia, política, segurança multidimensional, cultura, idioma, religião, etc.). Desta feita, esta heterogênea combinação alavanca ainda mais a complexidade para a elaboração de políticas públicas adequadas que possam maximizar os benefícios da migração internacional aos países receptores em que os imigrantes se estabelecem e, em igual medida, para mitigar os problemas nos países que são deixados para trás, portanto é essencial compreender o tema (KEELEY, 2009).

Por sua vez, é pertinente indicar que a migração é um exercício histórico inerente e recorrente à sobrevivência e ao progresso do Homem no planeta Terra. Sozinho, em pequenos grupos ou, em comunidades inteiras, este Homem viaja em busca de melhores oportunidades, progresso, condições de subsistência ou, mesmo, para fugir de conflitos, guerras, violência, perseguições, etc. Contemporaneamente, há cerca de 250 milhões de migrantes internacionais no mundo, sendo que destes, mais de 68 milhões encontram-se em situação de deslocamento forçado (ACNUR, 2019).

A crescente facilidade à mobilidade internacional por meio do acesso a informações relevantes e, sobretudo a uma rede logística global razoavelmente integrada e dinâmica, associada concomitantemente a possibilidade de verificação de assimetrias nacionais com relação às condições de vida em diferentes países, leva trabalhadores e trabalhadoras a se deslocarem mundo afora em busca de melhores posições de emprego e renda e, com isso transcorrem diversas implicações sociais, políticas e culturais que os acompanham, conformando situações nem sempre favoráveis a estes sujeitos sociais (GONÇALVES; JOHNSON, 2016; GONÇALVES; JESUS, 2016; GONÇALVES; JOHNSON, 2016).

Nesse sentido, a migração nem sempre é compreendida como sendo um fenômeno social positivo, ao contrário, frequentemente, é observada como equivalendo a um grave problema a ser resolvido ou, em casos mais extremos, como se tratando de um elemento nocivo e de potencial ameaça à soberania nacional de um determinado Estado, ou ainda, consistindo em um fato prejudicial à edificação dos processos transnacionais ainda vigentes nas relações internacionais, elevando este fenômeno ao rol de problemas de escala global e multidimensional, que implicam negativamente no equilíbrio do sistema internacional e na continuidade da vida na Terra como a conhecemos (VILLA, 1999). Este enfoque exacerbado e equivocado acaba por compor o cerne de políticas migratórias cada vez mais restritivas e

reativas, que trazem consigo ainda mais problemas as partes envolvidas, uma vez que não diminuem os fluxos migratórios e, ainda expõem os migrantes a exploração e a violência (ACNUR, 2019).

Estereótipos negativos, desinformação e *fake news* que circulam pela mídia tradicional e pela internet, acerca das migrações e dos migrantes em geral, reforçam entendimentos inadequados por parte das sociedades “receptoras” e, por conseguinte, de sua esfera políticas, estabelecendo relações de hostilidades desnecessárias, sobretudo, quando o migrante ingressa em um país, na dramática condição de refugiado (ACNUR, 2019).

Contudo, há de se destacar que os fluxos migratórios têm sofrido alterações importantes em sua composição ao longo do tempo histórico recente. Evidente, ainda existem as migrações forçadas decorrentes de catástrofes naturais e guerras (SALGADO, 2000; SILVA; JOHNSON; GONÇALVES, 2016). No entanto, cada vez mais, tem havido as migrações motivadas pela busca de trabalho e melhores condições de vida, em que contingentes de trabalhadores abandonam seus países de origem, normalmente sociedades em processo de desenvolvimento econômico incipiente ou precário, a fim de se fixar em “países mais desenvolvidos” economicamente, socialmente, politicamente e culturalmente (MATIAS, 2014).

Contraditoriamente, há de se destacar também que a própria globalização trouxe consigo alterações sem precedentes associadas aos fluxos migratórios contemporâneos, em que trabalhadores advindos de países desenvolvidos também têm prosseguido aos países em fase de desenvolvimento, a fim de se aproveitarem das oportunidades vinculadas ao processo de crescimento econômico decorrente destes países. Paralelamente, há ainda empresas privadas do hemisfério Norte, que vêm recrutar trabalhadores do Sul global para instrumentalizar e operacionalizar suas ações em seus países de origem (JESUS; GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido, a compreensão espaço temporal do capital e do trabalho produz uma gama de tensões e respostas políticas que variam em espectros extremos, indo dos movimentos anti-imigração e o ressurgimento de paixões nacionalistas ao acolhimento espontâneo do migrante e ao fomento do multiculturalismo como prenuncio de um futuro mais equilibrado para humanidade (HARVEY, 2018).

Em todos os casos citados, é possível perceber como plano de fundo, o exercício da conformação e uso ativo de redes de trabalhadores que, prosseguem conectados via internet e suas redes sociais específicas (como por exemplo: *Facebook, Instagram, Youtube, WhatsApp*),

em que estes trocam informações e a partir destas, partem para uma vida de labor, distantes de suas famílias e países de origem (SAQUET; MONDARDO, 2008).

Frente ao panorama descrito, o objetivo deste texto é descrever e analisar, a partir de uma discussão de abordagem teórica os conceitos relacionados à migração e o trabalho, versando especificamente acerca da situação atual do Brasil. Para tanto, edificamos uma reflexão crítica lastreada em autores da Geografia, da Sociologia, da História, da Antropologia e das Relações Internacionais que discutem os temas indicados. Desta feita, propomos uma análise multidimensional para que possamos compreender os fenômenos migratórios contemporâneos que são motivados pela busca de trabalho, intermediados pelas interações em redes.

MIGRAÇÃO, TRABALHO E REDES

A priori, é importante compreendermos os termos vinculados ao tema de maneira inequívoca, a fim de não os utilizá-los de modo inadequado, como ocorre com frequência nas esferas da mídia e da internet. Portanto, segundo a ACNUR (2019), a palavra “migrante” deve ser utilizada para designar aquele sujeito que se desloca dentro de seu próprio país e, também, em fluxos internacionais. O termo “imigrante” refere-se especificamente a pessoa que vem de outro país, enquanto “emigrante” é quem deixa seu país de origem para viver em outro. Com relação aos “refugiados”, estes são pessoas que não tiveram outra opção se não a de sair de seus países de origem, frente a situações extremas que pudessem lhes custar a vida.

Do ponto de vista teórico, as argumentações acerca dos fluxos e processos migratórios, suas causas e implicações sociais são vastos. Portanto, elencamos alguns pensadores clássicos: Malthus, Marx, Durkheim e Weber, para nos utilizarmos de suas considerações sobre o tema, a fim de edificarmos determinados caminhos de entendimento para as análises que se seguirão ao longo do texto.

Malthus compreendia que a migração era uma consequência inevitável da superpopulação humana, esta perspectiva é derivada de sua concepção de que a população crescería em ordem geométrica, enquanto a capacidade tecnológica de manter esta população devidamente alimentada crescia em ordem aritmética, gerando um déficit que, somente seria resolvido com a migração (SASAKI; ASSIS, 2000).

Marx indicava que a migração era consequência da pobreza induzida pelos baixos salários da classe trabalhadora, uma vez que os empreendedores capitalistas deliberadamente

abaixavam os soldos destes trabalhadores, a fim de maximizar seu lucro. Uma saída a estes trabalhadores seria migrar em busca de novas ocupações ou de subsistência (SASAKI; ASSIS, 2000).

Durkheim entendia que a migração era mais um elemento objetivamente verificável da desintegração social, em decorrência do avanço do capitalismo sobre as comunidades tradicionais. Esta nova divisão social do trabalho imposta pelo capital, induzia aos trabalhadores a buscarem novos campos de atuação fora de seus territórios habituais ou, mesmo, de seus países de origem (SASAKI; ASSIS, 2000).

Weber concentrou suas análises sobre a migração, conectando este processo as consequências da industrialização e do crescimento do capitalismo. Estes fluxos migratórios eram compreendidos como sendo um elemento incidental, que possibilitava a edificação de novas classes sociais e grupos étnicos (SASAKI; ASSIS, 2000).

Por conseguinte, mesmo para estes pensadores, que partiram de pressupostos teóricos metodológicos, lugares, tempo histórico e conjunturas tão diferentes, a migração pôde ser descrita como sendo a consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo que, em decorrência de seus atributos intrínsecos, envolviam e implicavam no declínio das comunidades rurais e na criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, inclusive, na concorrência dos imigrantes por emprego, renda e, na luta para sobreviver em ambientes estranhos. Deste modo, a migração tornou-se uma estratégia de sobrevivência aos trabalhadores frente à falta de oportunidades para o emprego e o trabalho decente em seus países de origem, associadas à falta de segurança e de boas condições de vida no local (FREITAS JÚNIOR; TORRES; BOUCINHAS FILHO, 2017).

Nesse sentido, podemos perceber que o trabalho está diretamente correlacionado ao fenômeno da migração, todavia, este processo está condicionado a outros aspectos, tal qual o interesse do próprio capital acerca da viabilidade deste processo, uma vez que na medida em que o capitalismo necessita de trabalhadores para que exista alguma produção em larga escala e produção de mais-valia, o trabalhador (sujeito social) está apto ao emprego em um determinado lugar, contudo, quando este cenário se modifica, este mesmo trabalhador pode ser descartado prontamente ou induzido a migrar novamente (MORAES; NASCIMENTO, 2013).

Adicionalmente, é importante apontar que os fluxos migratórios dão-se, justamente, devidos aos condicionantes econômicos e as desigualdades regionais em que o fator preponderante de expulsão ou de atração é o próprio trabalho. Nesse sentido, tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade capitalista, portanto, regidos pelo processo de

acumulação flexível do capital, os migrantes deverão enfrentar os desafios inerentes de sair de seu país de origem e seguirem rumo ao desconhecido em busca de melhores condições de vida, por meio da oferta de empregos e renda (MORAES; NASCIMENTO, 2013).

Esta situação é sempre contraditória, uma vez que há inúmeros obstáculos a serem enfrentados pelos migrantes e membros de suas famílias, desde o momento de saída, trajeto, chegada e, mesmo, no árduo processo de integração a nova sociedade. Não é raro que estes trabalhadores migrantes, em especial os menos qualificados, enfrentem condições de trabalho abusivas, sendo submetidos a regimes de intensa exploração, sem que seus direitos humanos e sociais essenciais sejam adequadamente observados. Com o recrudescimento das barreiras para circulação de pessoas entre os Estados, tende a crescer também, a migração irregular, o tráfico e a mercantilização de seres humanos. Outro ponto frequente e lastimável é o aprofundamento da discriminação dos trabalhadores migrantes, que são expostos ao preconceito, xenofobia e tratamento desigual frente aos locais e, esta situação dá-se, tanto na esfera privada, quanto pública (FREITAS JÚNIOR; TORRES; BOUCINHAS FILHO, 2017).

Adicionalmente, com relação à questão das redes é pertinente destacar que inerentes ao tema em foco, há duas perspectivas distintas acerca do assunto: 1) as redes que estão associadas a atividades de lucro ilegal, vinculadas ao tráfico, o contrabando e o crime, deixando os migrantes totalmente expostos a exploração e a truculência dos Estados que reprimem estas práticas; 2) as redes constituídas por relações familiares e de amizade, bem como a dos “amigos dos amigos”, que possuem desempenho influente no desenvolvimento das migrações. Estas podem ou, não, conterem atividades ligadas a obtenção de lucro associada ao auxílio da mobilidade, todavia, não é o crime que se sobressai neste processo (PINHO, 2015). Desta feita, a compreensão sobre as redes sociais que adotaremos é a segunda, que pode ser definida como sendo o conjunto de unidades sociais e das relações estabelecidas direta ou indiretamente entre elas, por meio de cadeias de comprimento variável (PINHO, 2015).

No próximo tópico deste artigo discutiremos a situação contemporânea do Brasil no que tange aos temas desta pesquisa.

A SITUAÇÃO DO BRASIL

Todos os processos de exploração territorial e formação econômica do Brasil desde a conquista portuguesa no ano de 1500 estão diretamente atrelados a fluxos de migração

internacional ao longo da história (LOPES, 2017). Estes fluxos e as implicações sociais, culturais, políticas e, mesmo, econômicas se fazem perceber até o tempo presente no País. Nesse sentido, podemos destacar que na maior parte do tempo histórico, o Brasil se demonstrou como sendo um polo de atração aos imigrantes internacionais e aos interesses estrangeiros que, se aproveitando das oportunidades e potencialidades socioambientais e da incipiência do mercado local, passaram a integrar o cenário brasileiro (LACERDA, et. all., 2005).

Em contrapartida, o fenômeno da emigração passou a ser significativo no Brasil, justamente ao longo das décadas de 1980 e 1990, período considerado como sendo as décadas perdidas com relação ao incremento macroeconômico da nação. Em decorrência dos problemas econômicos enfrentados pelo Estado e pela iniciativa privada que atuavam no País, criou-se uma dinâmica inversa de entrada e saída de pessoas no e do Brasil, uma vez que se passou a produzir mais emigrantes do que imigrantes nesta ocasião (LACERDA, et. all., 2005).

Adiante no período histórico, outra inversão na dinâmica dos fluxos migratórios com destino ao Brasil, entre os anos de 2000 e 2010 o País obteve um crescimento de 451,18% no número de imigrantes. Em comparação, no mesmo período, os Estados Unidos (destino histórico de imigrantes) apresentaram um crescimento de 23,97%. Este cenário foi muito favorecido pelas mudanças na macroestrutura conjuntural do País e sua inserção no mercado global e nas relações internacionais. Especificamente, o mercado interno brasileiro acelerou nas áreas de infraestrutura, construção civil, tecnologia, inovação, serviços, petróleo e gás, agronegócios, etc., tornando o País muito atrativo à vinda de imigrantes e organizações internacionais e, portanto, reconfigurando a composição dos grupos de estrangeiros no Brasil, inclusive, de acordo com os seus países de origem (UEBEL; RÜCKERT, 2017).

Bógus e Fabiano (2015) nos indica que ao longo do período entre 2005 e 2010, a crise econômica mundial gerou uma maior complexidade nos eixos de deslocamento das migrações, notadamente as sul-americanas. Enquanto isso, o desenvolvimento econômico e social do Brasil e seu reposicionamento geopolítico favoreceram o fenômeno migratório, tornando-o muito mais diverso, inclusive, trazendo de volta à pátria, brasileiros que moravam fora do País.

Adicionalmente, neste cenário o biênio 2013/14, em que o registro de ingresso e contingente de imigrantes no País fora o maior desde o ano de 1930. Em 2013 ingressaram 65.654 mil imigrantes, em 2014 (até outubro), chegaram mais 1,13 milhões de imigrantes ao Brasil, número que ultrapassa o somatório dos dez anos subsequentes. Sujeitos advindos dos

mais diversos países do mundo, desde aqueles em que se passam conflitos armados por motivações étnico-religiosas ou mesmo economias frágeis, até aqueles historicamente desenvolvidos, como os Estados Unidos e vários outros que compõem a Europa. Portanto, em 2017 o panorama consolidado de imigrantes no Brasil era de 1,9 milhões de estrangeiros presentes em território nacional, representando 1% da população total do País, maior cifra desde o período colonial brasileiro, dos Séculos XVI ao XVIII (UEBEL; RÜCKERT, 2017).

Um importante adendo explicativo acerca deste contexto é que entre o período histórico de 1851-1930, o perfil do imigrante sofreu uma radical transformação, notadamente o português. Passaram a chegar àqueles de origem pobre, mulheres e crianças também incidiram a figurar em número cada vez maior nos grupos de emigrantes com destino ao Brasil. Isso se justifica por conta de alguns fatores: a) o aumento da taxa de crescimento da população portuguesa; b) a mecanização de algumas atividades agrícolas, produzindo um excedente de trabalhadores na Europa; c) o empobrecimento da população europeia, especificamente a portuguesa, que engrossaram as fileiras dos candidatos à emigração (IBGE, 2019).

Em contrapartida, a partir de 2003, com a ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva ao poder, após ser vitorioso nas eleições de 2002, inicia-se uma nova fase econômica no País. Tornando a primeira década do Século XXI um ponto de inversão na trajetória socioeconômica brasileira, superando as regressões macroeconômicas vivenciadas no Brasil nas duas décadas anteriores (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017).

O governo Lula teve como principais marcas a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e o investimento em políticas de inclusão social, promovendo a redução da pobreza e da desigualdade social até então vigente no Brasil, ampliando a taxa de ocupação de trabalhadores em relação ao total da força de trabalho (queda do desemprego) e a formalização dos empregos, com conseqüente queda na pobreza absoluta (POCHMANN, 2013).

O contexto internacional nesse período também foi extremamente positivo para o País. O sucesso macroeconômico alcançado pelo Brasil no cenário internacional também refletiu diretamente na economia doméstica, acarretando o desenvolvimento com inclusão social (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017).

Este cenário macroeconômico e social alcançado pelo presidente Lula nos dois períodos sucessivos em que esteve à frente do governo brasileiro foi fundamental para que o Partido dos Trabalhadores (PT) obtivesse a vitória nas eleições de 2010 e pudesse dar continuidade nos projetos iniciados oito anos antes, elegendo como sua sucessora a

presidente Dilma Rousseff, a qual foi reeleita para um segundo mandato em 2014 (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017).

Contudo, outra reviravolta no cenário brasileiro recente. Em 2016, um golpe jurídico-midiático-parlamentar destituiu a presidente reeleita e, este fenômeno político abriu espaço para reconquista de poder por parte dos liberais conservadores golpistas (GONÇALVES, 2019).

Estes atores políticos edificaram artificialmente um panorama de crise e, “venderam” a solução para esta situação (KLEIN, 2008). Segundo os operadores e intelectuais do *apartheid* conservador e da psicose neoliberal, a resposta é o enlace ainda mais lascivo e pornográfico aos desígnios do capital e do mercado, com efusivos elogios às práticas da gestão enxuta, do Estado mínimo, do *superávit* primário, da “racionalização” dos gastos públicos, etc. (SOUZA, 2015).

Este panorama aliado à ausência crônica de debates essenciais sobre a realidade brasileira nos espaços públicos, na esfera política, na mídia ou internet, torna um País tão rico e diverso como é o Brasil, com sua grande população e potencial produtivo, social, cultural e intelectual, em uma multidão de sujeitos manipulados e incapazes de perceber os perigos que os assolam diuturnamente. Essa é uma cegueira imposta que condena milhares de pessoas a uma vida indigna, que sentencia toda a sociedade a uma condição amesquinhada e a uma vida apequenada em todas as suas dimensões (SOUZA, 2015).

Acerca do contexto descrito acima, Harvey (2018) nos indica que, apesar de todo aparato teórico metodológico e midiático que aponta o sistema econômico capitalista como sendo altamente racional, isso não é verdade. Dado que, na verdade, produz incríveis irracionalidades. Visto como, por exemplo, ao cabo de dois anos do exercício de um governo golpista e ilegítimo, o mantra neoliberal e as ações efetivas de desmonte do Estado e sua infraestrutura de apoio ao cidadão, em função exclusiva dos interesses capitalistas, trouxeram um panorama econômico pífio e, sobretudo, trouxe a reboque um quadro de total instabilidade no mercado, na política e, sobretudo no campo social. Fenômenos que possuem largo potencial para se manterem inalterados, em um futuro presumível, frente as evidências contemporâneas (GUELLATI; MONTEIRO; OLIVEIRA JUNIOR, 2017).

Esta situação se reflete de modo objetivamente verificável nos indicadores de desempenho do País em que, segundo o IBGE (2018a), 13 milhões de pessoas estão desempregadas (em junho de 2018) e o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada já é o menor registrado em série histórica. Paralelamente, há ainda um quadro extraordinariamente grave que é àquele vinculado a condição de desalentado, ou seja, àquele

sujeito que nem trabalha e, tão pouco busca emprego, que (em junho de 2018), registrou o número de 26,4 milhões de pessoas, a maior taxa desde 2012 no País (IBGE, 2018b). Esta situação avassaladora empurra cidadãos e trabalhadores rumo à informalidade e a precariedade em seu exercício laboral (PELATIERI et. al., 2018; CAMPOS, 2018), com o aval do próprio Estado. Uma vez que após a forçosa implantação das reformas trabalhista (CAMPOS, 2017), por exemplo, a situação ao invés de melhorar, piorou drasticamente (IPEA, 2018).

Os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)³ atuais se alavancaram, verificando-se a perda da tendência de redução deste índice. Os dados indicados e considerados permitem-nos promover uma análise reflexiva a respeito da incapacidade do Estado em promover um conjunto efetivo de instrumentos e políticas públicas capazes de aprovisionar aos cidadãos os mais diversos acessos que reduzam ou minimizem os efeitos das, historicamente, conhecidas falhas na oferta de bens e serviços a população como um todo (IPEA, 2018b).

Esta situação contemporânea (2018) também é reflexo dos desempenhos produtivo e comercial brasileiro que se cristalizaram de modo nulo (zero de variação com relação à produção física) ou ainda, em marcha de retração com relação ao ano anterior (2017). Esse comportamento sugere uma atividade empresarial de expressiva aversão ao risco e extrema cautela produtiva. Incitando uma demora ainda maior no processo de recuperação gradual da economia do País (BAHIA, 2018).

Retrato desta circunstância conjuntural é a constante revisão das projeções de indicadores macroeconômicos por parte do próprio governo federal, sempre em direção a condições estatísticas inferiores e inconvenientes. Foi de 2,5% para 1,6% a previsão de crescimento do PIB em 2018. Já a projeção para a inflação subiu de 3,4% para 4,2% (BRASIL, 2018).

Assim sendo, com relação à esfera macroeconômica que paira sobre o Brasil, é preciso frisar efusivamente que para além do discurso liberal conservador do “novo governo”, não há absolutamente nada de prático e efetivo para o fomento da retomada do crescimento econômico do país. Pura retórica. Os agentes financeiros e produtivos, nacionais e internacionais, são exatamente os mesmos, que seguem aplicando os mesmos métodos de exploração de sempre. Há ciclos de inflação, queda no consumo, desemprego e, os preços, que deveriam se reduzir ou se equilibrar diante da retração na demanda, escandalosamente,

³ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários (IPEA, 2018b).

prosseguem em escalada, deixando o pobre cada vez mais miserável e o rico, milionário (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Adicionalmente, além dos altos índices de desemprego no mercado de trabalho e na evidente estagnação da macroeconomia nacional, os brasileiros também se deparam com um forte movimento de rebaixamento de suas condições de vida, sobretudo quando os rendimentos e salários que mantêm os trabalhadores e suas famílias estão cada vez mais baixos, escassos e precários, depositando grande parte da sociedade em uma condição estamento socioeconômico em que a manutenção da vida com alguma esperança de progresso por meio do trabalho decente, segurança financeira e dignidade estão cada vez mais difíceis de serem alcançados (VILLEN, 2018a).

Ao contrário, o cenário brasileiro está reproduzindo um processo de precarização do trabalho que traz consigo implicações nocivas à sociedade como um todo e, seus desdobramentos prometem ser terríveis em várias escalas (microeconomia; macroeconomia; economia internacional; geopolítica, etc.), mas, sobretudo, na vida dos trabalhadores brasileiros. Assim sendo, empregos temporários, *minijobs*, precários, sem garantias e sem direitos, com baixos salários, jornadas longas, flexíveis e intensas, passam a figurar como sendo a dura realidade que homens e mulheres devem se submeter, para buscar sua sobrevivência (ANTUNES, 2018).

Por conseguinte, edifica-se um quadro geral de “expulsão” do trabalhador brasileiro, uma vez que a brutalidade do panorama nacional se agrava ainda mais frente à crise política e econômica que o País vem se arrastando desde 2016. Nesse sentido, a emigração de brasileiros é um fenômeno objetivamente verificável do aumento exponencial do desemprego, da violência provocada pelo aumento das desigualdades sociais, do rebaixamento de salários e de direitos trabalhistas, de um cenário político instável, etc. (VILLEN, 2018b).

Nesse sentido, fundamentada nos estudos de Bógus e Baeninger (2018), Villen (2018b, p. 04), nos aponta os seguintes grupos sociais brasileiros com grande potencial emigrante:

- 1) Jovens recém-formados que encontram um mercado de trabalho bloqueado em relação à oferta de empregos, sobretudo para os postos com bons salários e em regime estável (...);
- 2) Jovens, do ensino médio e superior, que ainda estão no período de formação, mas buscam saídas de estudo fora do país, com expectativa de permanência (...);
- 3) Pessoas com um perfil de baixa renda, já com experiência de emigração, que voltaram ao país - os “retornados”-, no período de dinamismo econômico e que avaliam a perspectiva de reemigrar;

- 4) Pessoas que se expõem aos riscos de migrar em situação indocumentada ou que tentam via da reunião familiar por meio de parentes que já morar fora do país;
- 5) Componentes de famílias de classe média que sofreram um drástico rebaixamento de condições de vida no Brasil e que possuem um capital para migrar ou uma segunda cidadania de país estrangeiro;
- 6) Brasileiros ou imigrantes residentes em regiões de fronteiriças, que se utilizam da migração, mesmo a pendular, como forma de contrastar os condicionamentos da crise brasileira;
- 7) Mulheres brasileiras que sofreram um rebaixamento das condições de vida e buscam emprego dentro das cadeias globais de cuidado ou *care* (EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003);
- 8) Imigrantes e refugiados que vivem no Brasil e decidem voltar ao país de origem ou tentar a sorte em um terceiro país;
- 9) Futuros refugiados políticos brasileiros.

Portanto, Villen (2018a) nos indica que este cenário induz a uma desterritorialização forçado dos trabalhadores brasileiros, fato que aglutina em si altos custos, não apenas econômicos, mas, psicológicos, sociais e culturais a estes sujeitos sociais e, para o Brasil.

Enquanto isso, um somatório perverso de desinformação e *fake news* propagados pela internet e, em igual medida pela mídia tradicional e, mesmo pelo governo, reforçou no senso comum dos brasileiros estereótipos extremamente negativos com relação à presença de imigrantes no Brasil. Segundo dados da IPSOS (2018), no período pré-eleitoral (2018), os brasileiros acreditavam que no País havia muito mais imigrantes do que realmente existem de fato. A pesquisa apontou que a percepção média dos respondentes brasileiros sobre este tema era de que 30% da população seria formada por imigrantes, quando o índice fidedigno (como já citado previamente) é de 1% segundo Uebel e Rückert (2017). Estes dados ressaltam o quão equivocadas são as percepções das pessoas com relação a temas importantes e características de seus Estados e sociedades.

Com relação específica ao tema das redes é possível indicar que a mobilização de trabalhadores é facilitada por meio destas, que não apenas conectam lugares de origem e de destino por meio de redes de informação, como também permitem a recriação de redes nos espaços sociais dessa migração nos países de destino (MASSEY, 1993).

A importância dessas redes nos fluxos migratórios dá-se em razão da circulação de informações e da confiabilidade dessas, que são obtidas por meio de contatos e relações sociais pretéritas inseridas neste processo (TRUZZI, 2008).

Por conseguinte, estas redes mantêm as expectativas que apoiam o movimento de pessoas, bens e informações, que conectam migrantes e nacionais, que interligam comunidades de origem a lugares específicos nas sociedades de destino, que se torna sustentável ao longo do tempo, em função do capital social, que atribui aos migrantes, os contatos pessoais com parentes, amigos e patrícios, oferecendo a estes migrantes

oportunidades de emprego, hospedagem e, até, assistência financeira até o destino. Na medida em que estas redes e conexões se estendem e se utilizam de novas tecnologias, se mostram cada vez mais disponíveis e acessíveis, ampliando a expectativa dos retornos líquidos e reduzindo progressivamente as barreiras impostas pelos custos financeiros e físicos impostos pela própria migração (BARTH; COGO, 2009; BAENINGER, 2013).

No último tópico deste artigo lhes apresentamos as derradeiras reflexões acerca dos temas desta pesquisa frente às argumentações e discussões teóricas supracitadas ao longo deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às argumentações e discussões teóricas expostas ao longo deste artigo e, tendo os objetivos propostos, podemos inferir algumas considerações acerca dos temas abordados nesta pesquisa.

Os fluxos migratórios fazem parte e, sobretudo, edificam a história da humanidade no planeta Terra. Desta feita, é pertinente destacar que a migração internacional é um tema de ordem multidimensional, uma vez que aglutina em si um rol de assuntos complexos e dinâmicos e sua adequada análise é dependente de um entendimento crítico acerca das conjunturas políticas, econômicas, sociais e geopolíticas do tempo histórico em que o fenômeno se dá e, sobretudo, em que é observado e analisado.

Os processos atrelados à globalização capitalista intensificaram e facilitaram sua existência enquanto fenômeno social, por vezes de modo direcionado e racional (lógica do capital) e, por vezes de forma colateral a alguma fragilidade do próprio sistema capitalista, que não consegue absorver adequadamente os trabalhadores em atividades laborais dentro de seus próprios países.

Do ponto de vista teórico, mesmo a partir de perspectivas e abordagens distintas, os autores utilizados nesta pesquisa, trazem em suas argumentações um ponto de inflexão importante que é, justamente, a contradição que o capitalismo representa a existência do trabalho e do trabalhador, posto que a ampliação do capital por meio do lucro dá-se de forma intensiva na medida em que os custos atrelados ao trabalho são minimizados, afetando a subsistência destes trabalhadores que, por conseguinte, buscam novas ocupações laborais em outros países por meio da migração internacional, afetando negativamente a macroeconomia de seus países de origem. Eis um dilema que se expressa até os dias de hoje

e, com a retomada de políticas e práticas ultraliberais, este cenário deve se intensificar já no presente e, ainda mais em um futuro presumível.

Com relação específica as redes, podemos indicar que estas são pretéritas e essenciais aos processos que fundamentam os fluxos migratórios, visto como se edificam como sendo elementos de ligação entre o migrante e o país de destino e, por conseguinte, deste migrante com seu país de origem. Mais contemporaneamente podemos observar o uso e a aplicação da internet e de suas redes sociais específicas neste processo, trazendo consigo mais velocidade e dinamismo nas relações humanas que se dão por meio destas tecnologias.

Com a situação contemporânea do Brasil é possível analisar o caso como sendo um fenômeno objetivamente verificável sobre o tema. Neste, a migração internacional dá-se em ciclos, acompanhando os condicionantes internos da economia, da política, da sociedade e da forma como o País se insere na geopolítica e, além disso, externamente, como se dá, coetaneamente, a política e a economia em escala global. Assim sendo, com a descrição e recapitulação da migração internacional no Brasil, podemos observar a alternância na condição do País como sendo um destino de “atração” quando este passava por um ciclo positivo em sua macroeconomia e, encerrada esta fase, tornando-se um País de “expulsão” dos migrantes internacionais e, mesmo de nacionais, que buscam melhores colocações e formas de vida mais equilibradas mundo a fora. Esta nova onda, acompanha a deterioração da economia, da política, da sociedade e, mais designadamente, das formas de trabalho no Brasil.

Portanto, é pertinente sugerir que a migração é um fenômeno global que dificilmente poderá ser contida por Leis ou muros. Desta forma, compreender adequadamente o tema, seus problemas e suas potencialidades tornasse uma boa maneira de garantir aos migrantes seus direitos essenciais e, promover um cenário positivo e proveitoso a estes e a sociedade que os acolhe, não ao contrário.

REFERÊNCIAS

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Migrações, refúgio e apatridia:** guia para comunicadores. Brasília: ACNUR. IDH. AVINA. MIGRAMUNDO. FICAS, 2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão.** São Paulo: Boitempo, 2018.

- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no Século XXI. In.: BAENINGER, R. (org). **Migração Internacional**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.
- BAHIA, L. D. Desempenho produtivo da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2018. **Nota técnica n. 43**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- BARTH, D. L.; COGO, D. Redes sociais e usos da internet por migrantes brasileiros na Espanha. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. INTERCOM: Curitiba, 2009.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Rev. Ponto e Vírgula**. n. 18. 2015.
- BRASIL. Banco central do Brasil: indicadores econômicos consolidados (15 de agosto de 2018). 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp> (Acessado em 20.08.2018 às 20h20min).
- CAMPOS, A. G. **A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições**. Texto para discussão: 2350. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.
- _____. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho: novas evidências para o debate. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. IPEA. Brasília, 2018.
- EHRENREICH, B. HOCHSCHILD, A. R. **Global woman. Nannies, maids and sex workers in the new economy**. New York: Metropolitan Books, 2003.
- FIGUEREDO, O. L.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. **Rev. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. vol. 39. n. 1. 2017.
- FREITAS JÚNIOR, A. R.; TORRES, D. B.; BOUCINHAS FILHO, J. C. **Migração, trabalho e direitos humanos**. São Paulo: LTR, 2017.
- GONÇALVES, A. H.; JOHNSON, G. A. Fronteiras e migrações internacionais: pensando criticamente as contradições da situação europeia contemporânea (um estudo de caso). In: **Anais da XV Semana de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/FCLAR**. UNESP: Araraquara, 2016.
- _____.; _____. Reflexões críticas sobre o acesso a condição de cidadania ao migrante internacional: um quadro geral e contemporâneo. **Anais da IX Jornada Científica da Pós-graduação em Geografia da UFRJ**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.
- _____.; JESUS, A. D. *Persona non Grata*: reflexões sobre fronteiras e migração internacional. In: **Anais do Congresso Internacional de Direitos Humanos da UCDB e UFMS**. UCDB/UFMS: Campo Grande, 2016.

- _____. **Trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina:** um estudo comparado sobre os movimentos sociais e suas redes. Dourados: UFGD, 2019. (Tese de Doutorado em Geografia).
- GUELLATI, Y.; MONTEIRO, C. D.; OLIVEIRA JUNIOR, A. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para área social/ Texto para discussão 2348. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua): Principais resultados em junho de 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> (Acessado em: 20.08.2018, às 16h06min).
- _____. Os números do desalento. **Rev. Retratos.** IBGE. 2018.
- _____. Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento (1851-1930). 2019. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-de-massa-1851-1930.html> (Acessado em: 16.10.2019, às 20h06min).
- IPEA. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise (abril de 2018). IPEA. Ministério do Trabalho. Brasília. 2018.
- _____. **A nova plataforma da vulnerabilidade social:** primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios. IPEA. 2018b.
- IPSOS. **Perigos da percepção:** 2018. São Paulo: IPSOS, 2018.
- JESUS, A. D; GONÇALVES, A. H. Quando o estranho bate à porta: reflexões sobre migrações e fronteiras. **Rev. Eletrônica da AGB/TL.** n. 26. 2017.
- JOHNSON, G.; SOLER, L; GONÇALVES, A. H. “Virada à direita” na Argentina e no Brasil: diálogos com a América Latina. In: VI Seminário Internacional América Platina, 2016, Campo Grande. **Anais:** Campo Grande: América Platina, 2016.
- KEELEY, B. **International migration:** the human face of globalization. Paris: OCDE, 2009.
- KLEIM, N. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LACERDA, A. C. et. all. **Economia brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.
- LOPES, R. J. **1499:** o Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2017.

- MASSEY, D. **Worlds in motion: understanding international migrant at the end of the millennium.** Clarendon: Press Oxford, 1993.
- MATIAS, G. S. **Migrações e cidadania.** Lisboa: FFMS, 2014.
- MORAES, S. B.; NASCIMENTO, E. C. A relação migração-trabalho: uma análise sob a ótica da questão social. In: **Anais do IV Seminário CETROS.** Fortaleza, 2013.
- PELATIERI, P.; CAMARGOS, R. C.; IBARRA, A.; MARCOLINO, A. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** IPEA. Brasília, 2018.
- PINHO, F. Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação. **Rev. Sociologia.** v. 29. Porto: Universidade do Porto, 2015.
- POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In.: SADER, E. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- SALGADO, S. **Êxodos.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira.** São Paulo: Leya, 2015.
- SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: **Anais do XII Encontro Nacional da ABEP.** Caxambu, 2000.
- SILVA, L. M.; JOHNSON, G. A.; GONÇALVES, A. H. A situação das refugiadas de guerra do Oriente Médio rumo à Europa Ocidental. **Anais da IX Jornada Científica da Pós-graduação em Geografia da UFRJ.** UFRJ: Rio de Janeiro, 2016.
- TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. **Rev. Tempo Social (USP).** v. 20. 2008.
- UEBEL, R. R. G.; RÜCKERT, A. A. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. **Rev. Confins.** n. 31. 2017.
- VILLA, R. A. D. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional.** São Paulo: Annablume. FAPESP, 1999.
- VILLEN, P. Immigrant labor in Brazil (2007-2015): the legal and the undocumented circuits. **RUDN Journal of Economics.** v. 25. 2018a.
- _____. Brasil, país de expulsão? Desemprego e emigração no Brasil. **Rev. ComCiência (UNICAMP).** v. 230. 2018b.

Submetido em: Agosto de 2019

Aceito em: Outubro de 2019